

TERMO DE REFERÊNCIA

DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO VALOR nº 09/2024

1. OBJETO

1.1. Contratação direta com dispensa de licitação, para a execução do serviço de avaliação patrimonial, com o objetivo de estabelecer o valor mínimo de aluguel, a ser cobrado no referido imóvel, conforme previsto em contrato de locação.

2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. O serviço consiste na elaboração de Laudo de Avaliação de mercado para locação da edificação e terrenos A, B e C, que constituem o imóvel.

2.2. O Laudo de Avaliação deverá ser executado em conformidade com as Normas Brasileiras - NBR 14.653-1 e 14.653-2 vigentes, através do método comparativo direto de dados de mercado, **em grau de fundamentação II ou superior, com a utilização de modelos de regressão linear.**

2.3. O Laudo de avaliação deverá apresentar o valor de locação da construção principal e do conjunto de lotes "A", "B" e "C".

2.4. O avaliador deverá atender aos pressupostos da Norma Brasileira, com especial atendimento aos itens que destacamos: Método Comparativo Direto por Regressão Linear.

2.5. Todas as condições estão estipuladas nesta requisição e no Memorial Descritivo e Laudo de avaliação em Apenso.

3. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

3.1. O serviço deverá ser totalmente entregue em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do momento da assinatura da Ordem de Serviço e suas correções, se solicitadas pela contratante, deverão ser realizadas em até 5 (cinco) dias corridos.

3.2. O serviço deverá ser realizado no Imóvel, localizado na Avenida Presidente Arthur da Silva Bernardes, nº1250, Curitiba, Paraná, com medições e verificações in-loco, devendo a elaboração do projeto ser executada em escritório da contratada, localizado na cidade de Curitiba

4. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

4.1. A empresa deverá apresentar registro no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA.

4.2. Comprovação do licitante de que possui em seu quadro permanente, prestador de serviços, profissional de nível superior, com formação em Engenharia Elétrica e/ou outro profissional devidamente qualificado, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART, certificado no CREA, por execução de serviços com características semelhantes ao objeto desta contratação direta.

5. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação do mencionado serviço visa atender às disposições estabelecidas no Contrato de Locação nº 27/2002, conforme previsto na Cláusula Terceira, parágrafos segundo e terceiro. Todas as condições e prazos estão estipulados nesta requisição e no Memorial Descritivo, juntamente com seus anexos. Este processo é fundamental para formalizar e cumprir o contrato de locação, garantindo a continuidade dos recursos provenientes do aluguel para o Fundo de Previdência

6. PESQUISA DE PREÇOS

6.1. Para obtenção do melhor preço, realizou-se pesquisa de preços, através de cotações com fornecedores do ramo.

6.3. O preço obtido para esta contratação foi de R\$ 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais).

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. A empresa Rosfil apresentou o menor preço, porém constou a falta de documentações exigidas para contratação.

7.2. A escolha da empresa Câmara de Valores Mobiliários do Paraná (CNPJ:76.662.089/0001-13) se deu por ser o fornecedor que apresentou o menor valor entre as empresas consultadas

7.3. O valor total da compra direta é de até R\$ 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais)

7.4. A empresa se encontra regular quanto as certidões fiscais e trabalhista e perante os órgãos fiscalizadores, comprovados nos documentos anexos ao processo.

8. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

8.1. A fundamentação legal para a contratação por dispensa de licitação, encontra-se no inciso III do art. 160 do Decreto 10.086/2022 que estabelece:

Art. 160 – Os órgãos e entidades da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado do Paraná poderão adotar o sistema de dispensa eletrônica, nas seguintes hipóteses:

...

O inciso I do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, estabelece que é dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais),

no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

8.2. O valor previsto no inciso I do art. 75 foi atualizado pelo Decreto 11.871 de 29 de dezembro de 2023, ficando estabelecido em 7.400,00 (Sete mil e quatrocentos reais).

9. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. Nos termos do artigo 48, inciso I da Lei Complementar n.º 123/2006, este procedimento não é destinado exclusivamente para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

10. FORMA DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 20 (vinte) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

10.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, na prestação do serviço ou no cumprimento de obrigações contratuais.

10.3. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:	Assim apurado:
EM = Encargos moratórios;	I = (TX)
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;	$I = \frac{(6/100)}{365}$
VP = Valor da parcela a ser paga,	I = 0,00016438
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438	TX = Percentual da taxa anual = 6%

10.4. O pagamento a ser efetuado à Contratada, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos.

10.5. Os pagamentos devidos à Contratada restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados

11. CONTROLE DA EXECUÇÃO

11.1. O objeto será recebido e conferidas as especificações técnicas.

11.2. Quando em desacordo com as especificações, os serviços poderão ser corrigidos ou refeitos ou

substituídos no prazo fixado pela PARANAPREVIDÊNCIA, às custas da Contratada, e no caso de não serem atendidas as determinações deverão ser rejeitados.

12. SUBCONTRATAÇÃO

12.1. A Contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto licitado, sem prévia e expressa anuência e concordância do PARANAPREVIDÊNCIA.

13. PARCELAMENTO DO OBJETO

13.1. O parcelamento não se aplica à presente licitação, pois o objeto refere-se a um item.

14. REGIME DE EXECUÇÃO

14.1. A pretendida contratação adotará o regime de execução por empreitada por preço global.

15. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Conforme disposições constantes na legislação vigente.

16. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086/2022

16.1. O empregado que subscreve este Termo de Referência atesta que observou as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná, com as adequações necessárias frente ao presente objeto e à natureza jurídica da PARANAPREVIDÊNCIA.

Curitiba, (data da assinatura eletrônica)

Clécia Aparecida Souza Silva
Coordenadoria de Licitações e Contratos

APENSO I

MEMORIAL DESCRITIVO

LAUDO DE AVALIAÇÃO

1.OBJETO:

Contratação de empresa de engenharia para elaboração do laudo de avaliação do aluguel do imóvel localizado na Avenida Presidente Arthur da Silva Bernardes nº 1.250, Curitiba, Paraná.

Endereço	Área (m²)	Local	Ocupação
Av. Presidente Arthur Bernardes nº 1250; Walmart Brasil	18.391,95	Curitiba	Walmart Brasil

2. METODOLOGIA, FUNDAMENTAÇÃO, EXECUÇÃO E APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS

2.1. O serviço consiste na elaboração de Laudo de Avaliação de mercado para locação da edificação e terrenos A, B e C, que constituem o imóvel.

2.2. O Laudo de Avaliação deverá ser executado em conformidade com as Normas Brasileiras - NBR 14.653-1 e 14.653-2 vigentes, através do método comparativo direto de dados de mercado, em grau de fundamentação II ou superior, com a utilização de modelos de regressão linear.

2.3. O Laudo de avaliação deverá apresentar o valor de locação da construção principal e do conjunto.

2.4. O avaliador deverá atender aos pressupostos da Norma Brasileira, com especial atendimento aos itens que destacamos:

2.4.1. Método Comparativo Direto por Regressão Linear: Utilizar modelos com Grau de Fundamentação II, sendo necessário o atendimento do grau III para os itens 1 e 3 da Tabela 1 da NBR 14.653-2 e para as seguintes premissas, também obrigatórias para enquadramento no Grau III - item 9.2.1.1:

a) Apresentar o laudo na modalidade completa;

- b) Apresentação da análise do modelo no laudo de avaliação, com a verificação da coerência do comportamento da variação das variáveis em relação ao mercado, bem como suas elasticidades em torno do ponto de estimação;
- c) Identificação completa dos endereços dos dados de mercado usados no modelo, bem como das fontes de informação;
- d) Adoção de estimativa de tendência central;

2.5. Pesquisa e Avaliação:

O laudo deverá ser elaborado segundo as seguintes premissas:

2.5.1. Determinação do Valor de Mercado de Locação:

- A confiabilidade de cada elemento seja assegurada quanto à idoneidade e identificação das fontes informantes, e quanto ao detalhamento da descrição de suas características e semelhanças com o imóvel avaliando, no que diz respeito à situação, destinação e grau de aproveitamento;
- A confiabilidade do conjunto de elementos seja assegurada quanto à uniformidade, contemporaneidade e número de dados da mesma natureza;
- A homogeneização ou equivalência entre os elementos deve ser de tal forma que possibilite a conferência das mesmas, utilizando-se critérios técnicos consagrados e justificados pelo responsável técnico. Equiparação financeira em casos de venda a prazo, mediante a transformação em venda a vista com a adoção de taxas reais de mercado. Equivalência no tempo, mediante a transposição dos valores dos elementos considerando-se a desvalorização monetária e a valorização efetiva do imóvel, inferida e justificada, esta última por regressão. Equivalência de situação, pela transposição dos elementos, obedecendo a critérios tecnicamente consagrados e que se comprovem por instrumental matemático. Equivalência de características utilizando critérios técnicos comprovados;
- As taxas de capitalização deverão ser justificadas e comprovadas;
- Em caso de insuficiência de eventos de mercado de imóveis assemelhados contemporâneos, poderão ser utilizados dados pretéritos, corrigidos monetariamente e considerada sua valorização real, mediante tratamento estatístico - econômico e abordagem dedutiva fundamentada teoricamente, por modelo matemático, nestes casos cotejando-se com elementos contemporâneos colhidos em mercados equivalentes;
- O valor final seja o resultado da combinação de mais de um método, quando o responsável técnico entender necessário;
- O imóvel avaliando e os elementos de amostra deverão ser vistoriados pelo Engenheiro Responsável;

2.6. O Laudo de avaliação deverá ser acompanhado da Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) correspondente.

2.7. O trabalho deverá apresentar as planilhas de cálculo, gráficos, descrição do imóvel, descrição da microrregião, relatório fotográfico com o número mínimo de 10 fotografias do imóvel avaliando, demonstrando o estado da construção, as fachadas e aspectos internos. Deverão estar incluídas fotografias que mostrem em conjunto a fachada e a rua em frente ao imóvel, nas duas direções. Deverão ser apresentadas fotografias e descrição dos elementos de pesquisa utilizados no laudo. Deverão ser anexadas plantas onde se localizam os imóveis, demarcando a posição do imóvel avaliando, e dos elementos de referência utilizados.

Gustavo Rogerio de Souza Ribeiro
Técnico Administrativo

Isac Teixeira de Lima
Coordenador de Patrimônio

CONTEÚDO MÍNIMO DO LAUDO DE AVALIAÇÃO

1. CAPA

1.1 A capa deverá ser em material transparente e conter uma fotografia do imóvel avaliando em tamanho superior a 10x15, as logomarcas das contratantes PARANAPREVIDÊNCIA e WALMART e a logomarca da contratada;

1.2 Objeto (Identificação do Imóvel);

1.3 Objetivo (determinação de valor de mercado);

1.4 Localização (Rua, nº, Pavimento, Bairro, Cidade, Estado);

1.5 Proprietário (PARANAPREVIDÊNCIA);

1.6 Interessados (PARANAPREVIDÊNCIA / WALMART BRASIL);

1.7 Nome e Grau do Responsável Técnico;

1.8 Local e Data.

2. FOLHA 01

Resumo da Avaliação;

2.1 Dados do Imóvel:

- Endereço;
- Área Construída;
- Área do Terreno.

2.2 Dados Econômicos Financeiros:

- Valor Patrimonial

2.3 Dados do Laudo:

- Metodologia;
- Grau de Fundamentação.

3. FOLHA 02 E SEQUENTES:

Características (descrição detalhada)

- 3.1 Da Macrorregião (aspectos do zoneamento, densidade, ocupação e urbanização);
- 3.2 Do Terreno / Edifício / Condomínio / Shopping;
- 3.3 Das Edificações e Acessórios (apartamento / loja / conjunto / construções / paisagismo), (área, número de cômodos das residências, detalhes construtivos, materiais empregados, usos, idade aparente, estado, custo de reposição, coeficiente de depreciação, valor depreciado) conforme o dado utilizado.

4. RELAÇÃO DOS IMÓVEIS DE REFERÊNCIA

Ficha contendo:

- 4.1 Fonte da informação (nome da imobiliária, publicação, informante, telefone);
- 4.2 Contato (nome do informante);
- 4.3 Data da Informação;
- 4.4 Tipo (oferta, venda ou locação efetiva, opinião de valor);
- 4.5 Descrição do Imóvel
 - 4.5.1 Edificações: (casa, loja, edifício, apartamento) citar áreas (total e exclusiva), nº de pavimentos, padrão, idade aparente, estado, custo de reposição, valor depreciado);
 - 4.5.2 Terrenos / Glebas Citar área, testada, profundidade, características da topografia, condições do solo, melhoramentos públicos;
- 4.6 Localização (endereço);
- 4.7 Áreas parciais (terrenos e edificações);
- 4.8 Preço Total;
- 4.9 Preço Unitário;
- 4.10 Condições de pagamento e valor presente;

- 4.11 Memorial de Cálculo (planilhas, gráficos, orçamentos e demonstração dos resultados);
- 4.12 Determinação do valor do imóvel (somatório dos valores parciais dos terrenos, das benfeitorias e acessórios);
- 4.13 Consideração do avaliador (notas explicativas acerca do valor do imóvel);

5. CONCLUSÃO

- 5.1 Valor da Avaliação

6. ANEXOS

- 6.1 Fotografias do imóvel avaliando, com indicações das características da vizinhança;
- 6.2 Fotografias das referências (todos os elementos, em caso de método comparativo não inferior a 15 elementos, e mínimo de 12 elementos mais representativos em caso de inferência estatística);
- 6.3 Croqui de localização ou mapa indicando a localização do imóvel avaliando e das referências;
- 6.4 Documentação Cópia da matrícula atualizada;
- 6.5 Cópia da ART Anotação e Responsabilidade Técnica

ANEXO I
MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº XX/2024	
Protocolo	21.870.899-4
Modalidade	Dispensa de Licitação nº 09/2024
Contratada	XXXXXXXXXX
Objeto	Contratação direta com dispensa de licitação, para a execução do serviço de avaliação patrimonial, com o objetivo de estabelecer o valor mínimo de aluguel, a ser cobrado no referido imóvel, conforme previsto em contrato de locação., observadas as condições e especificações técnicas descritas no Termo de Referência e Anexos.
Valor	R\$ XXXXXXXX

A PARANAPREVIDÊNCIA, instituição sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado, natureza de serviço social autônomo paradministrativo, inscrita no CNPJ sob nº 03.165.607/0001-10, com sede em Curitiba/PR, na Rua Inácio Lustosa, nº 700, São Francisco, neste ato representada por seu Diretor-Presidente, Sr. Felipe Jose Vidigal dos Santos, nomeado(a) pelo Decreto Estadual nº 651, de 21 de fevereiro de 2019, brasileiro(a), portador(a) do RG nº 6.232.175-0, assistido(a) por seu assistido por seu Diretor de Finanças e Patrimônio, Sr. Gustavo Schuster Cimbalista de Alencar, portador do RG nº 6.232.175-0, ambos nomeados pelo Decreto Estadual nº 651, de 21 de fevereiro de 2019, doravante denominada **CONTRATANTE**, e XXXXXXXX pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n.º XXXXXXXXXX, com sede na XXXXXXXXXX, neste ato representada pelo Sr(a) XXXXXXXX, brasileira inscrita no CPF sob o n.º XXXXXXXX, portador do RG nº XXXXXXXX, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que consta no Protocolo nº 21.622.838-3, e em observância às disposições do Decreto Estadual nº 10.086/2022, bem como à legislação nacional sobre normas gerais de licitação em vigor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação nº 09/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO:

1.1. Contratação de serviço técnico especializado de elaboração de projeto elétrico e lógico do Bloco A do Centro Previdenciário de Curitiba, observadas as condições e especificações técnicas descritas no Termo de Referência e Anexos da Dispensa de Licitação nº 09/2024.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se à Dispensa de Licitação nº 09/2024, Termo de Referência e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – FUNDAMENTO:

2.2. Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº 09/2024, objeto do Protocolo nº 21.622.838-3, autorizada pelo Conselho Diretor na data de XX/XX/2024, Resolução nº XXX/2024.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1. O prazo de vigência do Contrato é 90 (noventa) dias, a partir da publicação em Diário Oficial do Paraná.

4. CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO:

4.1. O valor total do contrato é de até R\$ XXXXXXXXX

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação, além dos materiais inerentes à prestação dos serviços contratados.

5. CLÁUSULA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

5.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotações orçamentárias próprias, previstas no orçamento da PARANAPREVIDÊNCIA, para o exercício de 2024, nas classificações abaixo:

Despesa: 339039

Item Orçamentário: Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Subitem Orçamentário: 99

5.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), as despesas correspondentes correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO:

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, documento integrante do presente Termo de Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

7.1. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 7.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

7.2. A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 7.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos arts. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

7.3. Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão devidamente designados pelo Conselho Diretor da PARANAPREVIDÊNCIA.

7.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS:

8.1. O desenvolvimento do projeto deverá ocorrer de acordo com os conceitos que serão discutidos em reuniões de trabalho, com equipe indicada pela PARANAPREVIDENCIA.

8.2. O projeto elétrico e lógico, deverá ser compatível e fidedigno ao Projeto Arquitetônico em anexo ao presente protocolo.

8.3. O serviço deverá ser totalmente entregue em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do momento da assinatura da Ordem de Serviço e suas correções, se solicitadas pela contratante, deverão ser realizadas em até 5 (cinco) dias corridos.

8.4. O serviço deverá ser realizado no Imóvel, localizado na Avenida Presidente Arthur da Silva Bernardes, nº1250, Curitiba, Paraná, com medições e verificações in-loco, devendo a elaboração do projeto ser executada em escritório da contratada, localizado na cidade de Curitiba.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES:

9.1. São responsabilidades da Licitante Adjudicatária, além daquelas já expressamente definidas nas demais condições deste instrumento:

9.1.1. Executar os serviços conforme especificações do termo de referência e de sua proposta, com o perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios inerentes à execução do objeto do Contrato.

9.1.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do objeto licitado, sem prévia e expressa anuência e concordância do PARANAPREVIDÊNCIA.

9.1.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do serviço.

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990), ficando a PARANAPREVIDÊNCIA autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimento dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.1.6. Informar imediatamente à PARANAPREVIDÊNCIA toda e qualquer excepcionalidade ocorrida durante a execução do contrato, de tal modo que possam ser tomadas imediatas providências em tempo hábil para solucionar o problema. Atrasos ou falhas em sistema que impeçam a prestação dos serviços será considerada falta grave e poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-se à empresa Contratada as sanções previstas nos instrumentos legais que regem as contratações da PARANAPREVIDÊNCIA.

9.1.7. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito)

anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9.1.8. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

9.1.9. Obter e manter as licenças, alvarás e outras autorizações necessárias à execução dos serviços devidamente atualizadas junto aos órgãos competentes.

9.1.10. Manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do Contrato, nos termos do Decreto 9762/2013.

9.1.11. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, especialmente aqueles referentes aos empregados, diretores, servidores cedidos e estagiários, sendo vedada a sua utilização para qualquer outro fim não previsto nesta licitação.

9.1.12. Só divulgar materiais ou informações acerca da prestação dos serviços objeto deste contrato que envolvam o nome da PARANAPREVIDÊNCIA mediante sua prévia e expressa autorização.

9.1.13. Indicar um profissional (gestor/preposto) responsável da Contratada com nome, telefone e outros meios de comunicação na cidade de Curitiba/PR, para fins de interlocução junto à PARANAPREVIDÊNCIA.

9.1.14. Todas as despesas que tiverem que ser realizadas para o fiel cumprimento dos serviços estabelecidos, inclusive as relativas a salários, gratificações, adicionais, indenizações, encargos decorrentes de leis trabalhistas e da Previdência e Assistência Social, são de responsabilidade da empresa CONTRATADA.

9.2. São responsabilidades da Contratante:

9.2.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.2.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e o Termo de Referência e os termos de sua proposta.

9.2.3. Comunicar à Contratada, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção.

9.2.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão ou de empregado(s) especialmente designado(s), a quem caberá subsidiar o gestor para atesto das faturas apresentadas.

9.2.5. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar as suas atividades, dentro das normas do Contrato, bem como efetuar os pagamentos nas datas e condições estabelecidas no edital e seus anexos.

9.2.6. Efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pela Contratada, no que couber.

9.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

9.2.8. Não permitir que terceiros executem os serviços a que se obrigou a contratada.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – SUBCONTRATAÇÃO:

10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

11.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

- a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

11.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

11.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

11.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

11.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

11.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

11.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

11.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)

e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

11.10. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CASOS DE EXTINÇÃO:

12.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

12.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

12.1.2. De forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

12.1.3. Por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

12.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

12.4. O Contratado, desde já, reconhece todos direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

13. CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

13.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133. de 2021.

13.1.1. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

13.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
- b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
- c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.3. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-

financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

13.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

14.1. O CONTRATANTE, na condição de controlador, e a CONTRATADA, na condição de operadora, comprometem-se a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, observados os ditames da Lei Federal nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020.

14.2. O tratamento de dados pessoais indispensáveis à execução do contrato por parte da CONTRATADA será realizado mediante prévia e fundamentada aprovação do CONTRATANTE, observados os princípios do art. 6º da LGPD, especialmente o da necessidade, bem como as diretrizes e instruções transmitidas pelo CONTRATANTE.

14.3. Os dados pessoais tratados pela CONTRATADA somente poderão ser utilizados na execução dos serviços especificados neste contrato, vedada sua utilização para outros fins.

14.4. A CONTRATADA deverá manter registro dos tratamentos de dados pessoais que realizar em condições de rastreabilidade e de prova eletrônica a qualquer tempo, disponibilizando-o quando solicitado.

14.5. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de medidas técnicas e administrativas de segurança aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados ou de qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observados os segredos comercial e industrial, respeitando-se os padrões definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade aplicáveis, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança da informação e ao dever de sigilo aplicáveis às PARTES.

14.6. A CONTRATADA responderá pelos danos que causar em virtude da violação da segurança dos dados ao deixar de adotar as medidas de segurança previstas na Cláusula 14.5, destinadas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

14.7. A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta Cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade do CONTRATANTE, cujos princípios e regras deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais.

14.8. A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados pessoais.

14.9. A critério do controlador e do encarregado de dados do CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a preencher um relatório de impacto à proteção de dados pessoais, conforme a sensibilidade e o risco inerente ao objeto contratado.

14.10. O encarregado da CONTRATADA deverá comunicar formal e imediatamente à CONTRANTE no caso de ocorrência, suspeita ou risco de violação de dados pessoais, indicando, no mínimo, a data e hora do incidente e da ciência da Contratada; a relação dos tipos de dados e titulares afetados; a descrição das possíveis consequências do incidente e a indicação das medidas de saneamento e prevenção adotadas pela CONTRATADA.

14.11. Caso a CONTRATADA não disponha de todas as informações elencadas na Cláusula 14.10 no momento da comunicação, deverá enviá-las gradualmente, à medida que forem obtidas, concluindo a comunicação integral no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a partir da ciência do incidente pela CONTRATADA.

14.12. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, requisitar informações acerca dos dados pessoais confiados à CONTRATADA, bem como realizar inspeções e auditorias, inclusive por meio de auditores independentes, a fim de zelar pelo cumprimento da LGPD.

14.13. A observância das Cláusulas 14.10, 14.11 e 14.12 não exclui ou diminui a responsabilidade da CONTRATADA na hipótese de descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo Aditivo.

14.14. As informações sobre o tratamento de dados pessoais por parte da CONTRATADA, envolvendo a sua finalidade, previsão legal, formas de execução e prazo de armazenamento, deverão ser publicadas na forma do § 1º do art. 10 do Decreto Estadual nº 6.474/2020.

14.15. As manifestações do titular de dados ou de seu representante legal quanto ao tratamento de dados pessoais com base neste contrato serão atendidas na forma dos arts. 11, 12 e 13 do Decreto Estadual nº 6.474/2020.

14.16. A CONTRATADA deverá repassar as manifestações do titular de dados ou de seu representante legal à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, podendo responder diretamente eventuais solicitações somente se instruída e autorizada formalmente pela CONTRATANTE.

14.17. Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA deverá realizar a transferência dos dados à CONTRATANTE, assegurada a integridade e disponibilidade dos dados recebidos, e excluir definitivamente os dados pessoais compartilhados, coletados e tratados, exceto quando tenham se tornado públicos devido à própria finalidade que justificou o tratamento dos dados ou quando a guarda seja necessária para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória.

14.18. As dúvidas decorrentes da aplicação da LGPD serão objeto de consulta por parte do encarregado do CONTRATANTE à Controladoria-Geral do Estado, que poderá consultar a Procuradoria-Geral do Estado em caso de dúvida jurídica devidamente fundamentada, na forma do Decreto 6.474/2020.

14.19. O descumprimento da LGPD ou demais cláusulas do presente Termo Aditivo, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação das penalidades previstas no Contrato e na legislação pertinente, incluindo a rescisão do Contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – VEDAÇÕES:

15.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

16.2. Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

16.3. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e, na íntegra do contrato no sistema GMS.

16.4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Curitiba, (data da assinatura eletrônica)

CONTRATANTE

Felipe José Vidigal dos Santos
Diretor-Presidente

Gustavo Schuster Cimbalista de Alencar
Diretor de Finanças e Patrimônio

CONTRATADA

Nome
Representante Legal

TESTEMUNHAS

Nome
RG: X.XXX.XXX-X
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Nome
RG: X.XXX.XXX-X
CPF: XXX.XXX.XXX-XX

Documento: **TRDL0924Avaliacaopatrim.pdf**.

Assinatura Simples realizada por: **Clécia Aparecida Souza (XXX.088.489-XX)** em 04/04/2024 16:52 Local: PRPREV/CLC.

Inserido ao protocolo **21.870.899-4** por: **Clécia Aparecida Souza** em: 03/04/2024 11:14.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
8aa019b8ec04021c4118e9c28ec27b86.